

Vivências com relação à raça e ao racismo entre psicoterapeutas da abordagem centrada na pessoa

Experiences Regarding Race and Racism among Person-Centered Psychotherapists

Virginia Teles Carneiro¹ , Aluska Gomes de Macêdo² 

1. Doutora em Psicologia
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: virginia.teles@professor.ufcg.edu.br

2. Graduada em Psicologia
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: aluska212@gmail.com

Dossiê - Abordagem Centrada na Pessoa: Ciência e Profissão

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi compreender as vivências de psicoterapeutas que adotam a Abordagem Centrada na Pessoa em relação à raça e ao racismo em seus atendimentos clínicos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas online com 12 psicoterapeutas, e a Análise Temática foi utilizada para interpretar os dados. Definiram-se três categorias: conhecimento sobre raça e racismo, impactos da vivência com a racialidade na relação com a ACP, e impactos da vivência com a racialidade na relação com os clientes. Verificaram-se diferenças nas experiências de psicoterapeutas brancos e negros. Constatou-se que a formação em psicologia aborda superficialmente esses temas, com profissionais negros buscando estudos de forma autônoma, refletindo maior consciência racial. Psicoterapeutas brancos sentem-se inseguros para discutir racismo nos atendimentos. Psicoterapeutas negros têm maior nitidez sobre mudanças necessárias na ACP, enquanto os brancos não reconhecem as implicações de sua racialidade. Psicoterapeutas negros relataram ser procurados por clientes que buscam identificação racial, fator significativo para a construção da identidade racial de ambos. Psicoterapeutas brancos tendem a considerar a raça relevante apenas para os clientes, sem reconhecer as implicações da própria racialidade na relação terapêutica. Conclui-se que a ACP deve ser criticamente transformada para incorporar dimensões raciais e culturais, promovendo uma prática clínica mais inclusiva.

Palavras-chave: Abordagem centrada na pessoa; Psicoterapia; Racismo. Raça.

Abstract:

The objective of the research was to understand the experiences of psychotherapists who adopt the Person-Centered Approach in relation to race and racism in their clinical care. Semi-structured online interviews were conducted with 12 psychotherapists, and thematic analysis was used to interpret the data. Three categories were defined: knowledge about race and racism, impacts of experiencing racial issues in the relationship with ACP, and impacts of

Recebido em:

Junho 29, 2024

Aceito em:

Fevereiro 10, 2025

Como citar esse artigo: CARNEIRO, V. T.; MACEDO, A. G. Vivências com relação à raça e ao racismo entre psicoterapeutas da abordagem centrada na pessoa. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v. 8, n. 1, p. 245-273, 2025.

Página | 245

experiencing racial issues in relationships with clients. There were differences in the experiences of white and black psychotherapists. It was found that training in psychology superficially addresses these topics, with black professionals pursuing studies autonomously, reflecting greater racial awareness. White psychotherapists feel unsafe to discuss racism in their care. Black psychotherapists are more clear about necessary changes in ACP, while white psychotherapists do not recognize the implications of their raciality. Black psychotherapists reported being sought out by clients seeking racial identification, a significant factor in the construction of their racial identity. White psychotherapists tend to consider race as relevant only to clients, without recognizing the implications of raciality itself in the therapeutic relationship. It is concluded that ACP must be critically transformed to incorporate racial and cultural dimensions, promoting a more inclusive clinical practice.

Palavras-chave: Person-centered approach; Psychotherapy; Racism; Race

Introdução

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo no interesse por entender como fatores interseccionais, como raça, gênero e classe, influenciam a prática psicoterapêutica. Este interesse reflete uma necessidade urgente de proporcionar um modo de cuidar que não apenas reconheça, mas também valorize e responda às complexidades vividas por pessoas com diferentes marcadores sociais. No entanto, esse movimento de revisão crítica ainda enfrenta barreiras estruturais profundas, que estão enraizadas na colonialidade — um legado de dominação e subordinação que continua a moldar as relações sociais, políticas e epistêmicas no sul global (Quijano, 2005).

A colonialidade não se limita aos eventos históricos de colonização; ela persiste nas formas como o conhecimento é produzido e legitimado, nas hierarquias sociais e nas práticas profissionais, incluindo a psicoterapia. Este legado influencia o que é considerado relevante ou irrelevante, normal ou patológico, na relação terapêutica. Na prática psicoterapêutica brasileira, a colonialidade se manifesta, por exemplo, na negligência das questões raciais

e na tendência a universalizar experiências humanas sem considerar as diferenças contextuais e culturais.

Historicamente, o racismo e suas consequências têm sido amplamente silenciados no ambiente psicoterapêutico (Damasceno; Zanello, 2022; Tavares; Kuratani, 2019; Tavares; Trad, 2021), refletindo uma invisibilidade das questões raciais na sociedade brasileira, alimentada pela ideologia da democracia racial. A noção de um Brasil miscigenado e harmonioso ofusca as profundas desigualdades raciais e os impactos do racismo na vida das pessoas (Almeida, 2018). Na psicoterapia, essa visão distorcida contribui para a falta de reconhecimento e discussão sobre como o racismo afeta a saúde mental e as experiências individuais. Lago (2011) afirma que psicoterapeutas, como membros da sociedade e frequentemente inseridos na cultura dominante, tendem a responder às diferenças de maneira discriminatória, a menos que abordem seriamente as questões da diversidade em seu desenvolvimento profissional.

Estudos sobre branquitude (Bento, 2022; Schucman, 2020) revelam como a posição de poder e a vantagem material e simbólica das pessoas brancas são perpetuadas na sociedade. Entender a branquitude é essencial para desmascarar a forma como o racismo é mantido de maneira sutil e muitas vezes invisível, mesmo no contexto terapêutico. McIntosh (1988), ao desenvolver o conceito de privilégio branco, o compara a uma “mochila invisível” de vantagens não reconhecidas que permeiam todas as interações sociais. Essa análise destaca como o privilégio branco se manifesta em micro e macro interações, contribuindo para a reprodução de práticas que silenciam ou minimizam a relevância das questões raciais, mesmo quando o propósito declarado é criar um espaço de acolhimento e cuidado.

Na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), que apregoa um método clínico baseado no estabelecimento de confiança e segurança a partir das quais os clientes se sentem aceitos e compreendidos, é paradoxal que as experiências de racismo muitas vezes permaneçam não abordadas (Lago, 2011). Desenvolvida por Carl Rogers nos Estados Unidos, a ACP foca na criação de um ambiente terapêutico autêntico e seguro. No entanto, se as questões raciais são ignoradas, atitudes como a congruência, a compreensão empática e a consideração positiva incondicional, tão caras a essa abordagem, não podem ser plenamente realizadas (Lago, 2011).

Estudos e críticas sobre a ACP indicam que, embora haja aspiração em fornecer condições terapêuticas genuínas e acolhedoras, ela pode falhar em reconhecer e abordar as dinâmicas raciais (Chantler, 2005; Moodley; Lago; Talahite, 2004). A ausência de um enfoque crítico sobre raça e racismo pode perpetuar padrões opressivos presentes na sociedade. Sem conscientização sobre privilégios e branquitude, psicoterapeutas podem, inadvertidamente, manter esses padrões de opressão e discriminação no setting terapêutico.

A literatura existente aponta para uma lacuna significativa no que diz respeito às vivências dos psicoterapeutas ao abordar o racismo dentro da prática clínica. Embora alguns estudos tenham explorado as experiências dos clientes, há uma escassez de pesquisas que investiguem como os próprios terapeutas compreendem, enfrentam e integram essas questões em sua prática profissional. No Brasil, as publicações sobre ACP e relações raciais ainda são poucas (Bezerra, 2022; Costa Filho, 2023; Dias, 2019), refletindo o contexto local de menor produção sobre o tema. No entanto, em outros países, há um número maior de estudos que buscam abordar essas questões (Chantler, 2005; Crisp, 2022; Lago, 2011; Moodley; Lago; Talahite, 2004; Swan; Ceballos, 2020), que discutem o impacto das dinâmicas raciais

na prática da ACP e destacam a importância de incorporar uma abordagem mais crítica e consciente sobre raça e racismo.

Este artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um projeto de iniciação científica¹, que visou compreender as vivências de psicoterapeutas da Abordagem Centrada na Pessoa em relação à raça e ao racismo em seus atendimentos clínicos. Investigando suas experiências, podemos começar a dismantlar o legado do silenciamento e avançar para uma ação psicoterapêutica que seja realmente inclusiva e sensível às questões raciais. Busca-se promover uma compreensão mais profunda e uma prática mais consciente, que reconheça e valorize a complexidade das interações humanas no contexto terapêutico, especialmente em uma sociedade marcada por desigualdades raciais e privilégios invisíveis.

Método

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que nosso objetivo era explorar e interpretar as experiências, significados e perspectivas dos participantes. No que diz respeito aos procedimentos adotados, inicialmente foi distribuído um formulário online em redes sociais que congregam psicólogos afiliados à ACP. O propósito era fomentar a pesquisa e proporcionar aos interessados em serem entrevistados a oportunidade de deixarem seus endereços de e-mail e números de telefone. Nesse formulário, solicitamos que os participantes declarassem sua autopercepção em relação à raça/cor/etnia, visto que consideramos importante garantir um equilíbrio numérico entre participantes autodeclarados como brancos e não brancos.

¹ A pesquisa obteve financiamento da Universidade Federal de Campina Grande, através do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC).

Optamos por duas estratégias para reduzir o viés decorrente da deseabilidade social. A primeira consistiu em divulgar que a pesquisa abordava temas de psicoterapia e multiculturalismo, sem especificar sua abordagem específica sobre raça. Além disso, procuramos assegurar a paridade racial entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa. Conforme argumentado por Schucman, Costa e Cardoso (2012, p.17), “a interação entre pesquisador e participante está intrinsecamente ligada à forma como a questão da raça é percebida por eles”.

Mesmo que de forma implícita, pesquisadores e participantes percebem um ao outro por uma lente racializada. Segundo os autores, dependendo do nível de consciência racial, a presença ou ausência de diversidade étnica pode influenciar a forma como as respostas são fornecidas. Por exemplo, indivíduos brancos que se identificam fortemente com a sua branquitude podem esperar que um pesquisador branco compartilhe de suas visões e, por isso, detalham mais os seus pensamentos. Aqueles que contestam a ideia de branquitude podem se esforçar para demonstrar que não são racistas. Por sua vez, pessoas negras podem sentir-se mais à vontade para discutir questões relacionadas ao racismo com pesquisadores negros, embora possa haver uma certa desconfiança devido à raridade de pesquisadores negros no contexto brasileiro (Schucman; Costa; Cardoso, 2012).

Reconhecemos a complexidade e a delicadeza da questão da identificação racial, mas optamos por promover a diversidade étnica tanto entre os entrevistadores quanto entre os entrevistados. Para isso, organizamos o grupo de pesquisa considerando as identificações raciais dos participantes. As autoras deste trabalho se identificam como uma mulher branca e uma mulher preta. Além de nós, contamos com a colaboração de

outros cinco pesquisadores²: dois que se identificam como pardos, uma como branca e duas como pretas. Também utilizamos um método de heteroidentificação, complementando as informações dos questionários preenchidos pelos participantes com a análise de fotos de suas redes sociais. Esta abordagem visou reconhecer que pessoas brancas, pardas e pretas podem apresentar uma ampla gama de tonalidades de pele.

Os participantes foram contatados para agendamento das entrevistas virtuais. Antes de cada entrevista, foi enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) virtual, conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 39785720.0.0000.5182).

O tamanho da amostra foi determinado com base no critério de saturação, resultando em um total de 12 participantes entrevistados, sendo 09 mulheres: 05 psicólogas brancas e 04 negras (01 parda e 03 pretas). Quanto aos psicólogos homens, 01 era branco e 02 eram negros (01 preto e 01 pardo). Esse número revelou-se suficiente para a interpretação dos dados. Todos afirmaram ter a ACP como principal referência teórica e já haviam realizado cursos complementares, seja de especialização ou formação continuada. O tempo de formação variou de 1 a 20 anos.

Optamos pela entrevista semiestruturada. Considerando que o tema do racismo pode evocar emoções como raiva e vergonha, preocupamo-nos em estabelecer uma relação de confiança entre o entrevistador e o entrevistado, criando um ambiente propício para a livre expressão de ideias e experiências.

² Agradecemos a Anny Beatriz Cavalcanti Lima, Emmanoel Holanda Melo Ferreira, Maria Eduarda Dutra de Freitas Maia, Sarah Raquel Izidro Umbelino de Sousa e Thanara Castro da Conceição pela valiosa colaboração na realização das entrevistas para este estudo.

O roteiro foi elaborado com perguntas relacionadas à experiência como psicoterapeuta, ao nível de conhecimento sobre raça e racismo, ao possível impacto da influência da raça/cor/etnia na formação do vínculo terapêutico e sobre possíveis redefinições conceituais da ACP. As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e interpretadas utilizando a Análise Temática, conforme sugerido por Minayo (2014). Realizamos a codificação, categorização, agrupamento temático e interpretação mais ampla, visando identificar os núcleos de sentido que compuseram as comunicações, onde a presença ou frequência revelaram significados para o objeto de análise.

Resultados e discussões

Das entrevistas realizadas, emergiram dois temas principais. O primeiro aborda a compreensão mais ampla sobre raça e racismo. O segundo trata da experiência com a própria racialidade e os impactos dessa vivência na relação com a ACP e com os clientes. Para manter o sigilo da identidade do participante e facilitar o entendimento do leitor, criamos um código para nos referirmos aos entrevistados, utilizando letras e números. A letra E representa a palavra entrevistado(a) e as letras P, B e D, significam respectivamente: Preto(a), Branco(a) e Pardo(a). Em seguida acrescentamos um número para diferenciar um do outro.

O conjunto de perguntas abordou questões relacionadas à formação acadêmica, ao interesse em estudar sobre raça e racismo e se os entrevistados consideravam necessário possuir conhecimento sobre esse tema para exercer a prática clínica. Nesse contexto, durante a análise, identificamos uma categoria no primeiro tema, que denominamos “Conhecimento sobre raça e racismo”.

No que se refere à graduação em psicologia, é consenso que a formação apresenta grandes lacunas no ensino e estímulo aos estudos sobre raça e racismo. Alguns entrevistados relatam não terem estudado nada sobre o tema durante a graduação, enquanto outros mencionam que o assunto foi abordado de forma superficial, muitas vezes integrado a disciplinas como Psicologia Social. Schucman e Santos (2015) afirmam que embora a Psicologia no Brasil tenha uma longa tradição no estudo das relações raciais, o assunto ainda é raramente abordado nas disciplinas de graduação e pós-graduação. Na pesquisa conduzida pelos autores, foi demonstrado que estudantes de Psicologia reconhecem a importância da cor da pele na compreensão da subjetividade e identidade, mas não relacionam diretamente a categoria raça com a compreensão das desigualdades. Apesar de considerarem a discussão das relações raciais essencial para sua formação e prática profissional, eles percebem uma falta de ênfase e acesso limitado a estudos clássicos e contemporâneos sobre o tema, indicando uma possível resistência dos professores em tratar dessa questão (Schucman; Santos, 2015).

Quando questionados sobre se buscaram estudar por conta própria, apenas os entrevistados que se identificaram como negros demonstraram ter se dedicado ao tema, referindo-se a obras relevantes e exibindo um maior domínio sobre o assunto.

Graduação em psicologia, mestrado em psicologia, zero [orientação sobre o tema raça e racismo]. [O que estudei] foi da ordem de uma identificação minha, do meu desejo. [...] Silvio Almeida, Grada Kilomba, Fanon... (EP1)

Sei pouquíssimo. Esse tema se tornou mais difundido, as pessoas têm discutido muito mais sobre isso. Eu tenho buscado aprender, não digo estudando, buscando fontes

científicas, mas tenho buscado, inclusive, conviver com pessoas negras, escutar podcasts, assistir discussões... Eu julgo saber muito pouco sobre isso (EB9).

Acho que estudar é importante. Esse texto que eu falei [sobre empatia na escuta de mulheres negras] eu li até por acidente (EB8).

Sabemos que as posições raciais não são fixas e imutáveis e que a identificação com a branquitude ou a negritude é uma construção, ou seja, não é garantida *a priori*, nem possuem significados estáveis. Tornar-se negro ou branco é um processo que se dá a partir da vivência em uma sociedade que se estruturou a partir da classificação e hierarquização racial. Munanga (1988) nos ensina que a própria ideia de negritude, em seus diversos usos e sentidos, e a emergência dessa categoria, que se refere à experiência objetiva vivida pelo negro, está relacionada a um processo de subversão dos sistemas raciais e dos significados que esses sistemas produziram sobre as pessoas negras. Schucman (2020) afirma que as pessoas que são consideradas brancas em nossa sociedade passam por um processo psicossocial de identificação com a branquitude, moldado por experiências ao longo da vida. Nessa lógica, podem passar por experiências que os façam não se identificar com o lugar simbólico da branquitude e criar fissuras entre a brancura e a branquitude, o que sugere possibilidades para a desconstrução do racismo na identidade racial branca. Obviamente, o reconhecimento da branquitude e a afirmação positiva da negritude não livram o branco de seus privilégios e o negro dos impactos do racismo.

Queremos ressaltar a importância de evitar a ideia simplista e reducionista de que apenas pessoas negras estudam sobre raça e racismo. A maioria dos entrevistados brancos demonstra ter algum conhecimento sobre o tema, utilizando termos como branquitude e privilégio branco, e

apresentando um nível preliminar de letramento racial. O letramento racial é uma expressão utilizada por Schucman (2020), baseada na ideia de alfabetização racial definida pela antropóloga afro-americana France Twine, que se refere às práticas utilizadas por pais e mães brancos para resistir ao racismo. Para a autora, a noção de letramento está mais relacionada ao entendimento do conhecimento e da cultura em questão. Trata-se, portanto, da habilidade de empregar a linguagem apropriada para cada contexto social. Porém, em nosso estudo, de fato, os entrevistados brancos apresentaram um conhecimento superficial sobre a temática, resultado de um evidente menor esforço em se dedicar a estudos específicos sobre raça e racismo, apontando para o exercício de um dos principais privilégios brancos: não pensar profundamente sobre a própria raça.

Os entrevistados negros e pardos demonstraram um nível maior de consciência racial em comparação aos brancos, evidenciando um entendimento e percepção mais profundos sobre sua identidade racial e sobre as dinâmicas sociais, históricas e políticas que envolvem a raça. Isso é um exemplo de algo já bastante discutido na literatura, de como pessoas brancas exercem o privilégio de não se perceberem em termos raciais, ou seja, se reconhecem como “padrão” ou “normal”, atribuindo a raça ao “outro”, o que foi denominado por Frankenberg (2004) como invisibilidade racial. Essa constatação nos dirigiu para o segundo tema, que diz respeito às vivências com a própria racialidade. Definimos duas categorias, sendo a primeira delas “impactos da vivência com a própria racialidade na relação com a ACP”.

Os entrevistados brancos, apesar de apresentarem um nível preliminar de letramento racial, parecem entender que, por não vivenciarem o racismo a partir do lugar de pessoa oprimida, não se sentem seguros para discutir o assunto. EB6 afirma:

Eu percebo que a gente precisa conversar sobre isso, mas muitas vezes eu sinto que não é meu lugar de fala, sabe? E aí eu tento me isentar para que eu não cometa algum erro.

Para Ribeiro (2017), "lugar de fala" refere-se ao reconhecimento de que cada indivíduo fala a partir de uma posição específica na sociedade. Isso não implica em limitar quem pode falar sobre determinado assunto, mas sim em reconhecer e valorizar as vozes daqueles que vivem diretamente as opressões e desigualdades. A afirmação de EB6 é um exemplo clássico de como a expressão "lugar de fala" é frequentemente distorcida por pessoas brancas para neutralizar o desconforto que sentem ao serem confrontadas com situações de tensão racial. Ilustra também como a branquitude pode gerar resistência em se engajar em discussões sobre racismo, muitas vezes utilizando a expressão como uma justificativa para a inação (Carneiro, 2021). Isso as leva a adotar uma postura defensiva conhecida como "fragilidade branca" (Diangelo, 2018), que gera sentimentos como culpa, medo e raiva, além de desencadear comportamentos como silenciar-se, entrar em conflito ou evitar a situação, sempre com o objetivo de restaurar o conforto racial, preservar intactos os privilégios da branquitude e evitar a autorreflexão crítica sobre o papel que desempenham na manutenção do racismo.

Damasceno e Zanello (2022, p. 327), em um estudo com psicoterapeutas brancos, afirmam que há uma crença difundida entre pessoas brancas de que "é a vivência do racismo o que proporciona conhecer a experiência do racismo, de que a experiência compartilhada é o meio de compreender o outro". Isso reforça uma visão simplista e despolitizada da branquitude, que tende a considerar a experiência pessoal como o único referencial válido de entendimento. Sabemos que condicionar a capacidade

de compreender o outro à própria vivência inviabilizaria qualquer psicoterapia. Talvez encontremos dentro da própria ACP ideias que reforcem essa crença distorcida, pois, para Rogers (1970), a experiência vivida por cada indivíduo é mais significativa do que qualquer teoria ou sistema de crenças externas.

A experiência é, para mim, a suprema autoridade. A minha própria experiência é a pedra de toque de toda a validade. Nenhuma ideia de qualquer outra pessoa, nem nenhuma das minhas próprias ideias, tem a autoridade de que se reveste minha experiência (Rogers, 1970, p. 35).

Rogers defendia que as pessoas devem confiar em suas próprias experiências internas e percepções como a base mais segura para entender e orientar suas vidas. A questão que levantamos aqui não é a validade da ideia, mas como o seu uso pode estar a favor da branquitude. Considerando que pessoas brancas comumente não se percebem em termos raciais, a ausência dessa consciência pode se tornar uma experiência orientadora da postura clínica do psicoterapeuta. A entrevistada EB8 afirma:

Eu não sei se fui de grande ajuda. Era uma pessoa que já acompanhava e aí ela me trouxe nesse dia uma situação de racismo. [...] Eu lembro de ficar 'caramba! E agora o que é que eu faço?' Eu queria muito acolhê-la, mas acho que eu nunca senti tão pesada a cor da minha pele [...] Eu pensei: meu Deus, eu não sei como fazer isso de um jeito digno (risos).

Talvez EB8 tenha aprendido que o conhecimento e a verdade mais valiosos vêm da introspecção e da vivência pessoal, e, ao se deparar com a experiência de racismo vivida por outra pessoa, não encontrou recursos para exercer sua função de psicoterapeuta de maneira eficaz. Como modo de perpetuação do racismo, acreditar que a experiência é a principal autoridade

pode atuar como justificativa para pensar que apenas quem vive o racismo do lado oprimido é que pode compreendê-lo.

Rogers (1970) defende que a autoconsciência e a presença humana do terapeuta são mais importantes do que o treinamento técnico, e que a fronteira entre a psicoterapia e a vida comum é muito tênue. Para ele, a congruência, a compreensão empática e a consideração positiva incondicional constituem as condições necessárias para o crescimento humano e devem estar presentes em todas as relações do indivíduo, especialmente na relação terapêutica. Quando bem trabalhadas ao longo do tempo, essas condições não são apenas necessárias, mas também suficientes para promover mudanças construtivas e favorecer o crescimento pessoal do cliente (Rogers, 1957). A ideia de que condições necessárias e suficientes na psicoterapia podem promover a mudança de personalidade do cliente foi amplamente difundida durante o período em que Rogers buscava identificar fatores comuns a todas as relações terapêuticas. Essa noção tornou-se uma verdade aceita por muitos adeptos da ACP.

Em nossa pesquisa, o entrevistado EB5 expressou sua insatisfação com tal noção, pois percebe uma certa ingenuidade que faz com que as pessoas acabem assumindo uma postura mais conformista com a ACP.

Podemos tender a uma certa ingenuidade em alguns momentos por confiar, acreditar no processo, no organismo das pessoas, na capacidade de desenvolvimento. [...] Esse pode ser um ponto cego. [...] A questão do racismo, o pessoal não tocava. [...] Temos que adaptar a uma brasilidade. Acho que antes a ACP tava, não vou dizer isenta, mas não tava a par.

Em nosso roteiro de perguntas, incluímos questões sobre a percepção de lacunas na ACP e a necessidade de mudanças conceituais. O

entrevistado EB5 foi o único participante branco a identificar algo em falta na ACP. Outra entrevistada mencionou que eram necessárias atualizações, mas não conseguiu apontar algo específico na teoria que sentisse falta. Os outros quatro entrevistados brancos afirmaram não sentir falta de nada na Abordagem. A entrevistada EB10 afirmou:

Eu acho que não. Eu te diria que poderia pegar toda a base humanista e não só Carl Rogers, mas os próprios teóricos contemporâneos [...] a base está toda ali na relação e quando o profissional está ali preparado para relações e para as condições facilitadoras, aceitação, congruência e empatia, qualquer relação terapêutica deslança [...] Esse olhar mais humano da Centrada faz com que qualquer processo seja possível, independente da temática, do mais simples ao mais complexo.

À primeira vista, podemos pensar em um paradoxo entre aceitar o postulado delineado por Rogers (1957) sobre as condições necessárias e suficientes e a necessidade de atualizações conceituais na ACP. Porém, há outro aspecto a ser considerado. A fala de EB10 parece ser bem representativa dos impactos da colonialidade na formação do psicoterapeuta. Mignolo (2014, p. 13), um dos expoentes do pensamento decolonial latino-americano, caracteriza a colonialidade como uma "matriz ou padrão colonial de poder", um complexo de relações que subjaz à retórica da modernidade, que sustenta a narrativa de salvação, progresso e felicidade, justificando assim a violência da colonialidade. Almeida (2018) destaca que a invenção da ideia de raça foi crucial nas relações de dominação durante a conquista da América, estruturando nossa sociedade com base no racismo. Seguindo essa perspectiva, Grosfoguel (2020) argumenta que o racismo é um princípio constitutivo que permeia todas as formas de

dominação na modernidade, incluindo as esferas pedagógicas, de trabalho, médicas, sexuais, religiosas e de gênero.

Kilomba (2019), ao questionar quem tem permissão para falar, analisa as formas de silenciamento e negação da escuta às pessoas negras, propondo uma descolonização do conhecimento que se autointitula universal: "A ciência não é meramente um estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que determinam o que deve ser considerado verdadeiro e quem deve ser acreditado" (p. 53-54). Em um contexto onde o mito da democracia racial postergou discussões cruciais sobre a população negra, é compreensível que a psicologia e outras áreas do conhecimento tenham negligenciado investigações aprofundadas sobre relações raciais. Sue *et al* (2019) observam que os valores da classe média branca frequentemente permeiam as pesquisas psicológicas, que replicam a cultura branca como se fossem teorias de aplicação universal.

Outro relato que nos chama atenção é o de EB9, ao responder à pergunta sobre se é necessário ter conhecimento sobre raça para atender os clientes:

Eu não acho que seja necessário, porque como eu escuto a pessoa, eu vou escutar a demanda que ela traz, que pode ser uma questão de gênero, de raça, questões sociais... Independente da questão eu vou escutar a experiência da pessoa em relação àquela questão. Então necessário não é. Eu consigo fazer um bom atendimento voltado para a pessoa, eu consigo escutar a experiência dela independente da questão que estiver por trás.

A declaração acima ilustra um aspecto crucial da colonialidade: a noção de pessoa universal. Esta ideia refere-se à construção de um ideal de ser humano frequentemente apresentado como um padrão global e

universal, mas que, na prática, representa uma imposição cultural e ideológica de valores, características e perspectivas europeias ocidentais. Além do eurocentrismo, a observação de EB9 também evidencia outro aspecto da universalização: a tendência a homogeneizar a diversidade humana, ignorando suas diferenças culturais, sociais e históricas. Essa construção está profundamente enraizada nos processos históricos de colonização e na instituição de hierarquias raciais, culturais e epistemológicas (Almeida, 2018).

A afirmação de EB9 encontra respaldo em uma ideia rogeriana de que o encontro entre pessoas deve superar as camadas sociais, como gênero e raça, por exemplo. Na obra *Sobre o Poder Pessoal* (2001), onde discute a visão de política da ACP, Rogers é explícito ao afirmar que essas características são limites a serem superados:

Quero propiciar ao leitor o sentimento do que seja participar de um grupo que supera limites culturais, religiosos, raciais e nacionais. [...] Sentimentos difíceis apareceram no começo, nos primeiros dias: agressões, chavões, impressões falsas sobre a pessoa ou sobre sua raça ou nacionalidade. Mas tudo isso desapareceu lentamente, dissipado ou tornado sem importância, quando a pessoa que estava por trás da nacionalidade, da pronúncia, da raça ou da cor foi descoberta (Rogers, 2001, p. 153-155).

A busca pela “pessoa por trás” pode unir-se facilmente à ideia de “racismo daltônico”, conceito desenvolvido pelo sociólogo Eduardo Bonilla-Silva (2003) para descrever uma forma de racismo que se manifesta em sociedades contemporâneas, especialmente nas que passaram por movimentos de direitos civis e legislações antidiscriminatórias. Essa forma de racismo é caracterizada pela negação da importância da raça e das desigualdades raciais, sob o pretexto de tratar todas as pessoas igualmente,

independentemente de sua cor de pele (Bonilla-Silva, 2003). O racismo daltônico, segundo o autor, é insidioso porque, ao não reconhecer a raça como um fator importante na estruturação das oportunidades e das experiências de vida, perpetua as desigualdades raciais sob a aparência de imparcialidade e igualdade.

Um dado interessante de nossa pesquisa é que todos os entrevistados pretos e pardos se posicionam com mais nitidez sobre a necessidade de mudanças na ACP:

A tendência atualizante, se ela não for questionada, pode ser muito útil a um discurso meritocrático [...] eu também questionaria a própria noção de congruência [...] ela se configura num contexto e nesse contexto o que numa determinada situação pode ser autenticidade. [...] Sobre empatia, como é que você pode experienciar um exercício de compreensão empática quando você não tem repertórios cognitivos. [...] Nem preciso falar da consideração positiva incondicional, que num contexto de democracia racial é absolutamente furada, porque que incondicionalidade é essa que de alguma maneira passa pano? (EP1).

Repensar essa construção de relação entre pessoas racializadas. Li muito bell hooks para me questionar continuamente sobre essa construção de afeto, por onde perpassam esse lugar de construção, que eu entendo que seja diferente sim das pessoas racializadas e como a gente trabalha com isso (EP3).

A tendência à atualização... Muitas vezes parece que eu vou ficar ali esperando a pessoa ir sozinha, encontrando a própria forma de... [...] Mas eu preciso trazer para ela a percepção de como eu estou enxergando, do que está acontecendo (EP2).

A vivência consciente da própria racialidade parece facilitar uma relação mais crítica e reflexiva com a ACP. A diferença marcante entre psicoterapeutas brancos e negros sugere que a ACP, sendo uma teoria norte-

americana originalmente desenvolvida por um homem branco, cisgênero, heterossexual e cristão, é mais aceita sem grandes questionamentos por psicoterapeutas que se assemelham a esse perfil.

A segunda categoria dentro do tema relativo às vivências com a própria racialidade diz respeito às nuances da correspondência racial entre psicoterapeuta e cliente — ou seja, à partilha ou não da mesma raça entre eles — e foi denominada “impactos da vivência com a própria racialidade na relação com os clientes”. Psicoterapeutas negros e pardos relatam terem sido procurados por clientes motivados pela identificação racial. A entrevistada EP2, por exemplo, afirma que alguns clientes a escolheram por ser uma mulher negra, considerando isso um fator importante para a construção de sua própria identidade racial. Todos os psicoterapeutas negros afirmam que a cor/raça do psicoterapeuta e do cliente pode ter algum efeito na relação terapêutica. Os psicoterapeutas brancos também afirmam que a raça do psicoterapeuta pode fazer alguma diferença para o cliente, mas tratam a questão como algo que pode ser relevante apenas para o cliente. A entrevistada EB7 afirma:

Para o cliente, talvez ele busque encontrar outra pessoa com a mesma raça. Mas acho que nós, psicoterapeutas, temos que estar disponíveis, compreender isso e acolher o cliente [...] O psicoterapeuta precisa compreender essa demanda do cliente.

Como dito anteriormente, a invisibilidade racial refere-se ao fenômeno pelo qual a branquitude e seus privilégios são naturalizados e não reconhecidos como racializados, ao contrário das identidades raciais de pessoas negras, que são constantemente marcadas e visibilizadas (Frankenberg, 2004). Em outras palavras, a branquitude é vista como a

norma padrão ou neutra, enquanto as outras raças são vistas como "outras" ou diferentes. Embora EB7 apresente sensibilidade ao tema, assim como outros entrevistados brancos, coloca a questão da raça como importante para o outro, não reconhecendo como a própria raça, talvez a partir de uma relação interracial, pode ter implicações para sua postura clínica.

A correspondência racial é um tema já amplamente discutido na literatura estadunidense, local de nascimento da ACP. Em 2003, a American Psychological Association (APA) aprovou diretrizes para o aconselhamento multicultural. Essas diretrizes ressaltam a importância de atender a questões raciais e étnicas, em particular, pois elas afetam a relação terapêutica (Sue; Arredondo; McDavis, 1992). Ward (2005) afirma que para clientes de minorias raciais, a raça do psicoterapeuta é um primeiro fator a ser percebido e avaliado pelos clientes e que a correspondência racial pode ser mais relevante para pessoas com identidade racial mais demarcada. Uma meta-análise de 10 estudos não encontrou diferenças significativas na permanência em tratamento e no funcionamento geral entre díades racialmente pareadas e não pareadas, envolvendo clientes afro-americanos e brancos (Shin *et al.*, 2005). No entanto, clientes de minorias étnicas podem considerar conselheiros de mesma etnia mais confiáveis do que conselheiros brancos, presumindo semelhanças culturais ou de valores, aspectos importantes para eles (Meyer; Zane; Cho, 2011; Sue; Zane, 1987; Zane et al., 2005). Além disso, as visões de mundo sobre raça podem ter um impacto mais significativo no processo de aconselhamento do que a raça propriamente dita (Meyer; Zane, 2013).

No campo da ACP, a literatura brasileira sobre o tema ainda é escassa, possivelmente devido às consequências do mito da democracia racial que diferencia bastante a forma como o racismo é vivido em nossa

sociedade se comparada aos Estados Unidos, que teve a segregação racial pós abolição da escravatura como política de Estado. Gomes (2019), ao discutir os limites e possibilidades da empatia na escuta de mulheres negras, menciona o risco de criarmos guetos ao determinar quem pode compreender quem. No entanto, ela também afirma que, em um país que não reconhece sua própria história, sua população negra e seu racismo, "há sentimentos que parecem não ter permissão para serem sentidos, menos ainda falados" (p.94). Isso indica que pessoas negras, historicamente silenciadas, podem sentir-se mais à vontade para falar de si e serem ouvidas por outras pessoas negras.

O referido mito, que sugere uma convivência harmoniosa entre as raças, mascara as desigualdades e violências raciais cotidianas, criando um ambiente onde as experiências de discriminação e opressão racial são frequentemente deslegitimadas e ignoradas. Como resultado, pessoas negras enfrentam um duplo fardo: além das agressões diretas do racismo, sofrem com a falta de espaços seguros para expressar suas vivências e dores. A filiação à uma abordagem que tem como base para o método clínico atitudes que valorizam o respeito à alteridade, como a ACP, por si só não garante uma prática clínica antirracista. Se o racismo fundamenta nossa sociedade, subjetividade e relações, precisamos assumir que a ACP, assim como qualquer teoria, pode estar à serviço da perpetuação do racismo. Ao invisibilizarmos corpos em nome de um humano supostamente universal, imaginando que há uma pessoa a ser encontrada por trás da raça, do gênero, da sua sexualidade e classe, estamos induzindo o silenciamento das diferenças e desigualdades entre nós (Carneiro, 2023). Concordamos com Bezerra (2022, p. 253), quando afirma que é preciso racializar a ACP e que,

para isso, “precisamos pensar e tratar da ACP à luz do racismo, e não do racismo à luz da ACP”.

Em nosso estudo, a experiência racial dos psicoterapeutas mostrou-se um fator crucial na maneira como a ACP é interpretada e utilizada, com psicoterapeutas negros e pardos apresentando uma consciência racial mais profunda e crítica. Além disso, a correspondência racial entre psicoterapeuta e cliente emergiu como um aspecto relevante para a construção da identidade e confiança na relação terapêutica. A análise da branquitude nos psicoterapeutas brancos entrevistados revela uma tendência à negação ou minimização do impacto de sua própria racialidade na prática clínica. Isso reflete o caráter politicamente dominante da branquitude, que não apenas estabelece normas de comportamento, mas também exclui a necessidade de autorreflexão crítica sobre o papel que desempenham na manutenção do racismo. Os psicoterapeutas brancos tendem a reproduzir, ainda que de forma sutil, os discursos de neutralidade racial e de universalidade da experiência humana promovidos pela ACP, sem considerar as maneiras pelas quais sua própria identidade racial influencia sua percepção e interação com os clientes. Essa postura dificulta o reconhecimento de como as práticas de psicoterapia, em geral, podem estar imersas em estruturas de poder racializadas.

O reconhecimento da própria posição social e racial é fundamental para o desenvolvimento de uma abordagem terapêutica mais consciente e crítica, que leve em consideração as dinâmicas de poder e opressão presentes na sociedade. Esses resultados sublinham a necessidade de um maior reconhecimento e inclusão das dinâmicas raciais na prática clínica, sugerindo adaptações na ACP para torná-la mais sensível e responsiva às realidades raciais do Brasil.

Considerações Finais

A pesquisa revelou dois temas centrais: a compreensão de raça e racismo e a experiência pessoal de racialidade dos entrevistados. As entrevistas mostraram que a formação em psicologia possui grandes lacunas no ensino sobre raça e racismo, com profissionais relatando uma abordagem superficial do tema durante a graduação. Apenas os entrevistados negros demonstraram uma dedicação autônoma ao estudo aprofundado sobre o assunto, refletindo uma consciência racial mais elevada em comparação aos brancos.

Os entrevistados brancos, apesar de um nível preliminar de letramento racial, frequentemente sentem-se inseguros para discutir racismo na prática clínica. Isso reflete a fragilidade branca e a resistência em confrontar a própria racialidade. A vivência consciente da racialidade facilita uma postura crítica em relação à ACP, evidenciada pela maior nitidez dos entrevistados negros sobre a necessidade de mudanças conceituais na abordagem.

Observa-se uma diferença marcante entre psicoterapeutas brancos e negros, sugerindo que a ACP, originalmente desenvolvida por um homem branco, cisgênero, heterossexual e cristão, é mais prontamente aceita por aqueles que se assemelham a esse perfil. Psicoterapeutas negros relataram serem frequentemente procurados por clientes que buscam identificação racial, um fator que pode ser significativo para a construção da identidade racial de ambos. Em contraste, psicoterapeutas brancos tendem a considerar a raça relevante apenas para os clientes, sem reconhecer as implicações da própria racialidade na relação terapêutica.

A literatura aponta que a correspondência racial pode influenciar a confiança e a percepção de valores culturais compartilhados entre clientes e psicoterapeutas de minorias étnicas. No entanto, há uma lacuna significativa na pesquisa brasileira sobre o impacto dessa correspondência na prática clínica, possivelmente devido ao mito da democracia racial presente no imaginário popular. A postura empática e a compreensão das experiências raciais são essenciais para evitar a criação de guetos terapêuticos e para proporcionar um ambiente onde todas as vivências possam ser expressas e validadas.

Em conclusão, nossos dados indicam a necessidade urgente de uma abordagem mais crítica e reflexiva na formação e na prática dos psicoterapeutas. A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) deve ser avaliada e transformada criticamente para incluir, de forma efetiva, as dimensões raciais e culturais. Dessa forma, promoveremos uma prática clínica mais inclusiva e apta a enfrentar as complexidades das relações raciais no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Edson do Nascimento. Racializando a facilitação em abordagem centrada na pessoa. In: OLIVEIRA, Fabio A. G.; INSFRAN, Fernanda (org.). **Aprendendo a transgredir: diálogos a partir de bell hooks e Paulo Freire.** Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2022. p. 249-266.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism Without Racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003. 214 p.

BRASIL. **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 24 nov 2024.

CARNEIRO, Virginia Teles. Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 32-38, jul./dez. 2021.

CARNEIRO, Virginia Teles. Outra política para outra pessoa. In: TASSINARI, Márcia; NERYS, André de Barros (org.). **Diálogos humanistas: encontros de três gerações.** Volume 2. Rio de Janeiro: Matilha, 2023.

CHANTLER, Khatidja. From disconnection to connection: 'Race', gender and the politics of therapy. **British Journal of Guidance & Counselling**, v. 33, n. 2, p. 239-256, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03069880500132813>. Acesso em: 16 jun. 2021.

COSTA FILHO, Luiz Possedonio. Racismo e abordagem centrada na pessoa. In: PINTO, Marcos Alberto da Silva (org.). **Abordagem Centrada na Pessoa e algumas de suas possibilidades.** v. 3. São Paulo: All Print Editora, 2023. p. 137-153.

CRISP, Ross. Carl Rogers' reset with an African American client: a discussion. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, v. 21, n. 3, p. 220-234, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14779757.2022.2028658>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas.** São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

GOMES, Isadora Dias. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. In: TASSINARI, M.; DURANGE, W. (orgs.).

Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019. p. 85-101.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska Maria Loyola. Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. **Revista da ABPN**, v. 14, n. 41, p. 317-342, set./nov. 2022.

GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas de esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 55-78.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGO, Colin. Diversity, oppression, and society: Implications for person-centered therapists. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, v. 10, n. 4, p. 235-247, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14779757.2011.626621>. Acesso em 16 junho 2020.

MCINTOSH, Peggy. White privilege and male privilege: A personal account of coming to see correspondences through work in women's studies. In: ANDERSEN, Margaret L.; COLLINS, Patricia H. (Eds.). **Race, class and gender: An anthology**. Belmont, CA: Wadsworth, 1988. p. 70-81.
Meyer, O. L., Zane, N. (2013). The influence of race and ethnicity in clients' experiences of mental health treatment. **Journal of Community Psychology**, v. 41, n. 7, p. 884-901. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jcop.21580>. Acesso em 17 abril 2024.

MEYER, OANH; ZANE, NOLAN; CHO, YOUNG IL. UNDERSTANDING the psychological processes of the racial match effect in Asian Americans. **Journal of Counseling Psychology**, v. 58, n. 3, p. 335-345, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0023605>. Acesso em: 22 maio 2024.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. In: BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. (orgs.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días:** pensar en colectivo. 1. ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2014.

MOODLEY, Roy, LAGO, Colin, TALAHITE, Anissa. (Eds.). **Carl Rogers counsels a black client**. Ross-on-Wye, UK: PCCS Books, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

ROGERS, Carl. The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. **Journal of Consulting Psychology**, 21, 95-103, 1957.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

ROGERS, Carl. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer; COSTA, Eliane Silvia; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 15-29, jul./out. 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer; SANTOS, Alessandro de Oliveira. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). **Revista EPOS**, v. 6, n. 2, p. 117-140, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SHIN, Sung-Man; CHOW, Clifton; CAMACHO-GONSALVES, Teresita; LEVY, Rachel J.; ALLEN, Elaine; LEFF, H. Stephen. A meta-analytic review of racial-ethnic matching for African American and Caucasian American clients and clinicians. **Journal of Counseling Psychology**, v. 52, p. 45-56, 2005.

SUE, Stanley; ZANE, Nolan. The role of culture and cultural techniques in psychotherapy: A critique and reformulation. **American Psychologist**, v. 42, p. 37-45, 1987.

SUE, Derald Wing; ARREDONDO, Patricia; McDAVIS, Roderick J. Multicultural counseling competencies and standards: A call to the profession. **Journal of Multicultural Counseling and Development**, v. 20, p. 64-88, 1992.

SUE, Derald Wing; SUE, David; NEVILLE, Helen A.; SMITH, Laura. **Counseling the culturally diverse: Theory and practice**. 8. ed. New York: Wiley, 2019.

SWAN, Alyssa M.; CEBALLOS, Peggy L. Person-centered conceptualization of multiculturalism and social justice in counseling. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, v. 19, n. 2, p. 154-167, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14779757.2020.1717981>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

WARD, Earlise. C. Keeping it real: a grounded theory study of African American clients engaging in counseling at a community mental health agency. **Journal of Counseling Psychology**, v. 52, n. 4, p. 471-481, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0022-0167.52.4.471>. Acesso em: 22 maio 2024.

TAVARES, Jeane Saskya Campos.; TRAD, Leny Alves Bonfim. Racismo e saúde mental: subsídios para uma clínica socialmente contextualizada. In: BARBOSA, I. R.; AIQUOC, K. M.; SOUZA, T. A. (Orgs.). **Raça e saúde: múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil**. EDUFERN, 2021. p. 169-180.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 39, e184764, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ZANE, N.; SUE, S.; CHANG, J.; HUANG, L.; HUANG, J.; LOWE, S.; LEE, E. Beyond ethnic match: effects of client-therapist cognitive match in problem

perception, coping orientation, and therapy goals on treatment outcomes.
Journal of Community Psychology, v. 33, p. 569-585, 2005.

Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – ISSN: 2595-0959, V. 8, N. 1, 2025

Conflito de interesses

Não há conflito de interesse

Contribuição dos autores

Concepção e conceitualização: *VTC, AGM*

Redação do manuscrito original: *VTC, AGM*

Curadoria de dados: *VTC, AGM*

Análise de dados: *VTC, AGM*

Redação textual: *VTC, AGM*

Supervisão: *VTC, AGM*

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Não se aplica.
